

PROCESSO DE ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CALÇADO, PE

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS, LÍNGUA PORTUGUESA E INFORMÁTICA BÁSICA

DATA DA APLICAÇÃO – 11/06/2023

Leia com atenção as instruções abaixo.

1. Ao receber este caderno, aguarde a autorização do fiscal de sala e em seguida confira se ele contém 20 (vinte) questões objetivas numeradas sequencialmente de 1 a 20, cada uma com 5 (cinco) alternativas indicadas pelas letras 'A' a 'E', das quais, somente uma corresponderá à resposta certa para a questão.
2. O cartão de respostas será entregue oportunamente pelos fiscais de sala. Ao recebê-lo, lembre-se de assinar no local indicado.
3. No cartão de respostas marque a letra correspondente à resposta correta para a questão conforme o seu julgamento, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta, conforme exemplo abaixo: Exemplo: A B C D E
Atenção: A marcação de mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.
4. O tempo total para resolução das provas e preenchimento do cartão de respostas é de 3h (três horas). Ao terminar a prova, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas. Este caderno de provas somente poderá ser levado pelo candidato após decorrida 1h30min (uma hora e trinta minutos) do início das provas.

QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA (01 a 06)

1. “Brasília, 5 de maio de 2023 – A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou nesta sexta-feira (5/05), em Genebra, na Suíça, o fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) referente à COVID-19. A decisão foi tomada pelo diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, após receber a recomendação do Comitê de Emergência encarregado de analisar periodicamente o cenário da doença.

Durante a 15ª sessão deliberativa do Comitê, na quarta-feira (4/05), seus membros destacaram a tendência de queda nas mortes por COVID-19, o declínio nas hospitalizações e internações em unidades de terapia intensiva relacionadas à doença, bem como os altos níveis de imunidade da população ao SARS-CoV-2, coronavírus causador dessa enfermidade.

O fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional não significa que a COVID-19 tenha deixado de ser uma ameaça à saúde. A propagação mundial da doença continua caracterizada como uma pandemia, tendo tirado uma vida a cada três minutos apenas na semana passada. “O que essa notícia significa é que está na hora de os países fazerem a transição do modo de emergência para o de manejo da COVID-19 juntamente com outras doenças infecciosas”, destacou Tedros Adhanom.

Jarbas Barbosa, diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), saudou a decisão do diretor-geral da OMS de aceitar a recomendação do Comitê de Emergência. ‘Não devemos baixar a guarda, precisamos continuar vacinando os grupos vulneráveis e fortalecendo a vigilância. Também é hora de nos concentrarmos em nos preparar melhor para futuras emergências e reconstruir melhor para um futuro mais saudável e sustentável’, destacou Barbosa”.

FONTE: **OMS** declara fim da emergência de saúde pública de importância internacional referente à COVID-19. OPAS – Organização Pan-americana da Saúde. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/5-5-2023-oms-declara-fim-da-emergencia-saude-publica-importancia-internacional-referente>. Acesso em: 22 mai. 2023.

A oração em destaque no seguinte trecho: “Jarbas Barbosa, **diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS)**, saudou a decisão do diretor-geral da OMS de aceitar a recomendação do Comitê de Emergência” (l. 16-17), pode ser classificada como:

- a) Aposto explicativo
 - b) Subordinada adjetiva explicativa
 - c) Subordinada substantiva apositiva
 - d) Coordenada sindética conclusiva
 - e) Coordenada assindética
2. Releia o fragmento a seguir: “Não devemos baixar a guarda, precisamos continuar vacinando os grupos vulneráveis e fortalecendo a vigilância. Também é hora de nos concentrarmos em nos preparar melhor para futuras emergências e reconstruir melhor para um futuro mais saudável e sustentável” (l. 17-20). As aspas duplas, nesse fragmento, referem-se a:
- a) Uma hipótese levantada pelo diretor da Organização Pan-Americana da Saúde, Jarbas Barbosa.
 - b) Uma saudação apresentada pelo diretor da Organização Pan-Americana da Saúde, Jarbas Barbosa.
 - c) Uma avaliação negativa apresentada pelo diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus.
 - d) Parte de uma tese escrita pelo diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus.
 - e) Uma paráfrase da fala de Tedros Adhanom em relação ao pronunciamento do diretor da Organização Pan-Americana da Saúde, Jarbas Barbosa.
3. Assim como em “O fim da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional não significa que a COVID-19 tenha deixado de ser uma ameaça à saúde (l. 10-11), o uso da crase se apresenta linear à proposta de referência gramatical em língua portuguesa nas seguintes proposições:
- I. Estávamos planejando a próxima viagem de férias à Bahia. O que acham?
 - II. Certos de que seriam aprovados no concurso, foram à praia de Jericoacoara aproveitar o fim da tarde.
 - III. Propostas de intervenção foram apresentadas à todos que estavam presentes na reunião.
 - IV. Gosto de carne à colombiana, pois esta é mais suculenta que as demais.
 - V. Jogos e brincadeiras são ótimas propostas à serem apresentadas as crianças do orfanato.

Estão corretas:

- a) II e V, apenas.
 - b) I e II, apenas.
 - c) I, II, III e IV.
 - d) I, II e IV, apenas.
 - e) III e V, apenas.
4. Quanto ao uso dos porquês, assinale a alternativa que apresenta DESVIO da norma gramatical de referência da língua portuguesa.
- a) Os conselheiros tutelares realizarão a prova porque esta faz parte do processo de escolha.
 - b) Porquê a sede está desativada? Precisamos dela ativa até a segunda-feira!
 - c) O processo vale para todo o Brasil porque, embora imenso, o país permanece unido.
 - d) Eu não sei o porquê do fim do relacionamento dos dois, eram tão unidos!
 - e) Qual o motivo da aplicação da prova? Explique-me o porquê.
5. Qual a alternativa que apresenta, em todas as palavras, a MESMA justificativa gramatical para a acentuação gráfica:
- a) Orobó – Ceará – paroxítone
 - b) príncipe – saúde – secretária
 - c) fêmur – amável - clímax
 - d) chapéu – níveis – fiéis
 - e) científico – você – baú
6. O uso do mal/mau está de acordo com a norma gramatical de referência da língua portuguesa APENAS na alternativa:
- a) Todas as amigas que ele possui têm a índole de mal caráter.
 - b) Cecília, parece-me que Luís acordou com um mau estar.
 - c) Mau chegou e já lhe trouxe as fichas esquecidas.
 - d) Estando mal, faltou à aula de Cristiane.
 - e) Mal humor, estresse e cansaço são sinais da síndrome de Burnout.

QUESTÕES DE INFORMÁTICA BÁSICA (07 e 08)

Para responder às próximas questões, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que os programas mencionados nas mesmas se encontram na configuração padrão de instalação, são originais e que o mouse está configurado para destros. Dessa forma, as teclas de atalho, menus, barras, ícones e os demais itens que compõem os programas abordados na prova encontram-se na configuração padrão do fornecedor do software. Todas as questões foram elaboradas tendo como plataforma básica o Sistema Operacional Windows 10.

7. Na tela inicial do Word, é possível identificar inúmeras opções de inserção, seja em relação a ícones, estilos de fontes, configurações de layout, design da página, entre outras funcionalidades que permitem a personalização do documento a ser desenvolvido pelo autor. Se configuram como opções principais da faixa de opções, presente na tela inicial do software, EXCETO:

- a) Referências
- b) Correspondências
- c) Exibir
- d) Exportar
- e) Página inicial

8. Microsoft Powerpoint, Microsoft Publisher e OneDrive são, respectivamente:

- a) Software de criação de documentos, plataforma de armazenamento em nuvem e software de criação de notas.
- b) Software de criação de apresentações, software de criação de documentos e software de criação de arte gráfica.
- c) Plataformas de armazenamento em nuvem da Microsoft.
- d) Software de criação de apresentações, software de criação de notas e aplicativo de edição de fotos.
- e) Software de criação de apresentações, software de criação de arte gráfica e plataforma de armazenamento em nuvem.

QUESTÕES ESPECÍFICAS DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (09 e 20)

9. Conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Lei n.º 8.069/90, são atribuições do Conselho Tutelar:

I- Adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor.

II- Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

III- Fornecer transporte para criança ou adolescente vítima de violência e, quando necessário, para seu responsável ou acompanhante, para serviço de acolhimento existente ou local seguro, quando houver risco à vida.

IV- Representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e III, apenas.
- b) II, apenas.
- c) II e IV, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

10. De acordo com art. 137 da Lei n.º 8.069/90, as decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas:

- a) Pela autoridade judiciária e pelo Ministério Público a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- b) Pelo Ministério Público a qualquer tempo.
- c) Pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha interesse legítimo.
- d) As decisões do Conselho Tutelar, quando unânimes, não podem ser revistas.
- e) Pelo Poder Executivo Municipal a pedido de quem tenha interesse legítimo.

11. Na aplicação das medidas, previstas no art. 100 da Lei n.º 8.069/90, levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, preferindo-se aquelas que visem ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. São também princípios que regem a aplicação das medidas, exceto:

- a) Proporcionalidade e atualidade.

- b) Intervenção máxima.
- c) Intervenção precoce.
- d) Responsabilidade parental.
- e) Oitiva obrigatória e participação.

12. Um profissional da educação identificou hematomas no corpo de uma estudante de 8 anos, ao questioná-la sobre aquelas marcas, a criança relatou que seus pais ingerem bebida alcoólica todos os fins de semana, ocasião na qual ficam muito agressivos com todos os filhos. Após esta revelação, a direção da escola realizou, imediatamente, a comunicação ao Conselho Tutelar. À luz do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, o Conselho Tutelar tem competência para aplicar as seguintes medidas pertinentes aos pais ou responsáveis, caso o colegiado julgue necessário:

- I- Perda da guarda.
- II- Encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família.
- III- Encaminhamento a tratamento psicológico ou psiquiátrico.
- IV- Suspensão ou destituição do poder familiar.
- V- Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

Está correto o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II e V.
- c) II, III e V.
- d) III e IV.
- e) I, IV e V.

13. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8.069/90, assinale a alternativa correta.

- a) A falta ou a carência de recursos materiais constitui motivo para a perda ou a suspensão do poder familiar.
- b) A colocação em família substituta far-se-á mediante apenas guarda ou tutela, independentemente da situação jurídica da criança ou adolescente, nos termos desta Lei.

- c) Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, mesmo sem vínculos de afinidade e afetividade.
- d) A gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada à Justiça da Infância e da Juventude.
- e) Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por pessoas, parentes ou não, com as quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

14. Após a realização de uma Campanha sobre o 18 de Maio na escola, o estudante João, 8 anos, pediu para falar com o professor depois da aula. Na ocasião, revelou que estava sendo vítima de violência sexual perpetrada por um tio e pediu encarecidamente para o professor não contar a história para ninguém, pois ele tinha medo do acusado machucar alguém da família ou ele mesmo. Frente a esta situação, é correto afirmar que:

- a) O professor deve interromper João imediatamente para que ele dê detalhes da situação apenas na delegacia, bem como dizer a João que vai levar o caso para a direção da escola tomar as providências.
- b) O professor deve ouvir atentamente a revelação de João e dizer que irá fazer o possível para protegê-lo. Posteriormente, deverá checar se está mesmo ocorrendo a violência antes de comunicar ao Conselho Tutelar.
- c) O professor deve agradecer a confiança de João, reafirmar que o mesmo não tem culpa do ocorrido e que, por temer pela segurança de João, manterá o sigilo.
- d) O professor deve ouvir atentamente a revelação de João, sem fazer interrupções e, imediatamente, solicitar que o Conselho Tutelar vá até a escola para realizar a escuta de João e tomar as providências cabíveis.
- e) O professor deverá deixar que João fale livremente, reiterar que ele não tem culpa, que agiu corretamente ao falar e que é seu dever profissional informar o fato às autoridades. Posteriormente, deverá elaborar um relatório do que ouviu para que a direção da escola comunique o caso ao Conselho Tutelar.

15. De acordo com a Lei n.º 8.069/90, marque a alternativa que, na sequência, completa corretamente o texto. É atribuição _____ representar ao _____ para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente.

- a) da autoridade policial; Poder Judiciário.
- b) do Conselho Tutelar; Ministério Público.
- c) do Poder Judiciário; Ministério Público.
- d) do Conselho Tutelar; Poder Judiciário.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

16. Considerando o disposto na Lei n.º 8.069/90, a respeito do acolhimento institucional e do acolhimento familiar é correto afirmar, exceto:

- a) O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas provisórias e excepcionais, utilizáveis como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.
- b) Sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130 desta Lei, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva da autoridade judiciária e importará na deflagração, a pedido do Ministério Público ou de quem tenha legítimo interesse, de procedimento judicial contencioso, no qual se garanta aos pais ou ao responsável legal o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- c) O acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável e, como parte do processo de reintegração familiar, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de orientação, de apoio e de promoção social, sendo facilitado e estimulado o contato com a criança ou com o adolescente acolhido.
- d) Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pelo Ministério Público.
- e) Verificada a possibilidade de reintegração familiar, o responsável pelo programa de acolhimento familiar ou institucional fará imediata comunicação à autoridade judiciária, que dará vista ao Ministério Público, pelo prazo de 5 (cinco) dias, decidindo em igual prazo.

17. Depois de receber um comunicado da escola acerca de uma situação de violência sexual contra uma criança perpetrada pelo vizinho, a conselheira tutelar, Joana, decidiu ir pessoalmente à casa da criança. Na ocasião, convidou a genitora para comparecer ao Conselho Tutelar para falar sobre algo que a estava preocupando em relação à proteção da criança. Como ela viu que a mãe da criança ficou assustada, disse “Procure ficar calma... a criança não está

fazendo nada de errado... Mas gostaria de checar se tem algo diferente acontecendo com ela. O nosso papel é zelar pela proteção das crianças e dos adolescentes”. A mãe foi com a criança ao Conselho Tutelar. A conselheira tutelar pediu para que a criança esperasse na sala ao lado, enquanto falava com a sua mãe. A conselheira conversou com a genitora sobre o comportamento da criança, sobre o seu desempenho na escola, sobre o que ela gostava de fazer nas horas livres, como era o relacionamento dela com os vizinhos... E quando a mãe confirmou sua preocupação com a criança, a conselheira informou que havia recebido um comunicado (sem dizer a origem) que a mesma estava sendo abusada sexualmente pelo vizinho. A mãe ficou muito triste e com muita raiva. A conselheira buscou acalmá-la e lhe orientou a registrar um boletim de ocorrência. Considerando essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

I- A conduta da conselheira tutelar foi adequada por buscar informações com os responsáveis pela criança, de forma a preservá-la e evitar a revitimização.

II- A conduta da conselheira tutelar foi adequada por ter preservado a origem do comunicado que recebeu.

III- A conduta da conselheira tutelar foi inadequada, pois ela deveria realizar a oitiva sobre os fatos ocorridos, obrigatoriamente, com a criança.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) Nenhuma das alternativas acima

18. No tocante ao direito à vida e à saúde, positivado no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa incorreta:

- a) Os estabelecimentos de atendimento à saúde, inclusive as unidades neonatais, de terapia intensiva e de cuidados intermediários, não são obrigados a proporcionar condições para a permanência em tempo integral de um dos pais ou responsável, nos casos de internação de criança ou adolescente.
- b) É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- c) A atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto.

d) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

e) Incumbe ao poder público fornecer, gratuitamente, àqueles que necessitarem, medicamentos, órteses, próteses e outras tecnologias assistivas relativas ao tratamento, habilitação ou reabilitação para crianças e adolescentes, de acordo com as linhas de cuidado voltadas às suas necessidades específicas.

19. Somente poderá ser deferida adoção em favor de candidato domiciliado no Brasil não cadastrado previamente nos termos da Lei n.º 8.069/90 quando:

I- Se tratar de pedido de adoção unilateral.

II- For formulada por parente com o qual a criança ou adolescente mantenha vínculos de afinidade e afetividade.

III- Oriundo o pedido de quem detém a tutela ou guarda legal de criança maior de 3 (três) anos ou adolescente, desde que o lapso de tempo de convivência comprove a fixação de laços de afinidade e afetividade, e não seja constatada a ocorrência de má-fé ou qualquer das situações previstas nos arts. 237 ou 238 desta Lei.

Está correto o que se afirma em:

a) I, II e III.

b) I, apenas.

c) I e III, apenas.

d) II e III, apenas.

e) II, apenas.

20. A respeito da autorização para viajar, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA estabelece:

a) Nenhuma criança ou adolescente menor de 18 (dezoito) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.

b) Nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização judicial.

- c) A autorização não será exigida quando a criança ou o adolescente estiver acompanhado de qualquer pessoa adulta.
- d) A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou responsável, conceder autorização válida por 1 ano.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.